

HEGEMONIA, APARELHOS PRIVADOS E PESQUISAS NA LINHA DE PESQUISA ESTADO E PODER

Carla Luciana Silva
E-mail: carlalusi@gmail.com

Gilberto Grassi Calil
E-mail: gilbertocalil@uol.com.br

RESUMO: Neste capítulo buscamos pautar o uso do termo e conceito “hegemonia”, sabidamente um termo nodal em toda a obra do intelectual Antonio Gramsci. A leitura de Gramsci precisa se relacionar com o momento da sua escrita e com as questões políticas e sociais da época que ele vem sendo trazido para o debate. Não há dúvidas que, dentro das disputas pelo legado, a opção que aqui defendemos busca o Gramsci revolucionário. Na sequência trazemos como o conceito de hegemonia vem sendo usado, há quase duas décadas, no âmbito de estudos da Linha de Pesquisa Estado e Poder do PPGH-Unioeste. Não se trata de um “uso” de Gramsci, mas de um debate intelectual e social sobre a pertinência de suas interpretações históricas e sociais.

Uma parte significativa da produção da Linha de Pesquisa Estado e Poder se construiu orientada pelos conceitos de Hegemonia e Aparelhos Privados de Hegemonia. O conceito de Hegemonia é o que estrutura e articula o universo categorial gramsciano, e por isto suas concepções de Aparelho Privado de Hegemonia (APH), intelectuais, organização, cultura, transformismo e revolução passiva não tem como ser compreendidas senão em referência a ele. São muitas as leituras em torno dessa categoria de análise e na literatura nacional e internacional sobre a contribuição de Antônio Gramsci e nas ciências sociais esse é um dos temas mais debatidos. Da mesma forma, é um termo que frequentemente aparece em referências não fundamentadas que tentam resumir a contribuição a uma palavra, de forma desarticulada, através de expressões como “hegemonismo”, “hegemonia cultural” ou na redução da noção de hegemonia ao mero predomínio político, entre outras.

Este capítulo se divide em duas partes. Na primeira delas buscamos apresentar de modo muito geral a forma como a categoria analítica “hegemonia” vem sendo usada. Defendemos que a leitura de Gramsci precisa vir acompanhada de uma leitura do momento histórico, do “uso” que se faz de sua obra, tanto no âmbito político como no acadêmico. A segunda parte do capítulo busca discutir como o termo hegemonia vem sendo usado como referencial dentro do âmbito de estudos da Linha de Pesquisa Estado e Poder do PPGH-Unioeste.

Elementos de apropriação de Antonio Gramsci no Brasil

No século XXI, a influência do marxismo e de Gramsci também foi um tema apropriado politicamente de forma contundente pelas “novas direitas” e “extrema-direita”. A ideia de “hegemonismo gramscista” foi bastante difundida nos intelectuais de direita que reproduzem a tese da “Guerra cultural” nos últimos anos no Brasil.

Como indica um historiador do tema: “a maioria dos temas sobre o suposto ‘gramscismo cultural’ tem sido divulgada entre os anos de 2009-2019, dez anos de muita vulgarização do pensamento de Gramsci pelas mãos da extrema-direita brasileira” (AIRES, 2020, p. 253).

Muito antes, há toda uma vertente das ciências sociais que se notabiliza por realizar uma leitura “light” de Gramsci, transformando o revolucionário sardo em um liberal ou em um socialista reformista. Quando observamos o caminho político da retomada de Gramsci pela esquerda no Brasil, associado a militantes que buscavam se desvincular do antigo Partido Comunista Brasileiro – PCB, e que somaram forças ao PT – Partidos dos Trabalhadores, percebemos que o uso da obra precisa ser problematizado junto com a obra. A historiadora Virginia Fontes fez um apanhado geral sobre a forma que o conceito foi usado na história do Brasil, constatando que ocorre a reprodução de noção de crise constante desde 1930. Mas a crise é apontada sempre como a “incapacidade de gestão”, quando em verdade, a hegemonia não é um momento de harmonia sem conflitos Nestes textos:

O terreno do processo histórico, em a sua complexidade, se perde nessas perspectivas: o terreno das lutas de classe e dos conflitos intraclasses. Em alguns casos, os interesses não tem sujeitos; e outros, os sujeitos do interesse são isolados e fragmentados, impedindo a compreensão de suas formas de atuação e das condições pelas quais se tornaram, historicamente, sujeitos (FONTES, 2005, p. 216).

A própria historiografia crítica é atravessada por versões bastante questionáveis das implicações que o termo hegemonia possui e propõe. Muitas críticas ao conceito de hegemonia não levam em conta a complexidade do termo presente na obra do intelectual italiano. É um termo que de certa forma foi apropriado pela direita, que reduz Gramsci a um teórico da “guerra de posições”, e que levaria então a direita a “disputar hegemonia”. Ao mesmo tempo é refutado por parcelas da esquerda que seguem um outro campo de debate, propondo uma leitura culturalista de Gramsci, ou mesmo abandonando-o por defender que o conceito de hegemonia seria uma camisa de força que engessaria os sujeitos (como no caso de MARTIN-BARBEDO, 2001).

Inicialmente, é importante situar as formas da chegada da obra de Gramsci no Brasil. Não apenas tratando de sua publicação, mas antes disso da chegada do debate por políticos, e intelectuais de esquerda que passam a introduzir o debate em um meio que pensava a revolução brasileira. Naquele momento, é difícil imaginar que fosse de outra forma que não reducionista, pois a obra de Gramsci não estava disponível para ser aprofundada e debatida. Carlos Nelson Coutinho falou na primeira “operação Gramsci” que “apresenta ao leitor brasileiro sobretudo um Gramsci literário, no qual a dimensão estritamente política tinha um peso secundário” (COUTINHO, 1998, p. 127). E nesse caminho, ocorrido ainda nos anos 1960, Gramsci vem com olhar do PCI e de Togliatti. Coutinho apresenta um problema: “supõem-se que o ‘pensamento de Gramsci se encontra com o de Lenin’, sem sequer cogitarem nem mencionar os momentos em que o pensador italiano supera dialeticamente o revolucionário russo”. Já se enunciava ali um aspecto no qual se insistiria muito, “a problemática dos

intelectuais, que também no Brasil seriam determinadas pela ausência de uma dimensão nacional-popular”. Há uma tentativa de transformar Gramsci em “marxista-leninista”, defensor das posições da III Internacional Comunista, e essa leitura se vê nas edições dos cadernos temáticos publicados na Itália e no Brasil. O fato é que a publicação do autor italiano ficaria restrita à edição de Togliatti, e posteriormente seria fortemente associado às posições eurocomunistas.

Ainda nos anos 1960, a ditadura e o terrorismo de Estado levariam a esquerda descontente com o PCB a outro campo de debates, que permitisse pensar formas de resistência e de luta armada¹. O debate de Gramsci somente voltaria em meados de 1970, curiosamente por meio de militantes do PCB que buscavam novos ares de pensamento. Em sintonia com isso, novas lutas começavam a se consolidar visando o fim da ditadura. E a temática de uma tese que permitisse valorizar a “sociedade civil contra o Estado” seria necessária, exatamente o ponto onde se corta novamente o pensamento de Gramsci. Inicialmente no debate político, como aponta Secco, falando de 1973: “o PCB, que propugnava uma política de ‘acumulação de forças’, onde a referência ao conceito gramsciano de hegemonia se tornaria, com o tempo, cada vez mais frequente” (SECCO, 2002, p. 29), aparecendo inclusive em resoluções do partido, como aponta o autor. Mas ressalte-se que é apenas a partir de 1975 que surge a edição Gerratana na Itália, a partir daí gerando uma série de debates e aprofundamentos dos conceitos de Gramsci, como por exemplo, na leitura de Perry Anderson sobre o “marxismo ocidental”. Ou seja, as leituras têm uma história, não podem se desprezar o contexto da discussão, a disponibilidade das obras para dimensionar seu alcance. Politicamente o pensamento de Gramsci chegaria antes de difundir na academia, por dentro do movimento comunista, e levaria ainda mais tempo para chegar de forma direta à historiografia.

O mesmo autor indica que “houve um boom gramsciano a partir de meados dos anos 1970 e que novos e velhos atores sociais acreditaram [...] que se contrapunham à tutela do Estado e combatiam a ditadura” (SECCO, p. 50). Destaca-se o papel de Alfredo Bosi e de autores como Michel Debrun e Francisco Weffort nesta difusão, que logo estaria acompanhada da visão assumidamente liberal de Bobbio e José Merchior. A discussão, entretanto, seria travada por uma instrumentalidade, mesmo das concepções de política de Gramsci, sobretudo a noção de “guerra de posição” e “revolução passiva”.

No âmbito da transição, o debate sobre a cultura popular e o nacional foi retomado nos anos 1980 no Brasil, e de fato esteve associado a uma leitura reducionista tanto da ideologia como da hegemonia. Justamente retomando a leitura sobre as ações culturais e o CPC da UNE, Marilena Chauí marcaria uma geração de historiadores, propondo que a ideologia é uma visão distorcida da realidade. Nas obras publicadas por Chauí, ainda nos anos 1980 a autora demonstra um conhecimento fino da obra de Gramsci, entretanto, no seu trabalho de divulgação, esse conhecimento é fragmentado, impossível de ser apreendido senão como “saiba-se”, seria quase uma espécie de um “discurso fundador” na academia sobre Gramsci?² Seu esforço maior se deu na divulgação do pensamento de Althusser, na obra *O que é ideologia* (1980). Não

¹ Sobre a recepção de Gramsci e o PCB, ver SCHLESENER, 2001.

² Nos livros da época poucas obras de Gramsci são citadas e não eram acessíveis aos brasileiros.

temos como aferir, mas não nos parece desmedido dizer que em alguma medida a leitura de Gramsci que o público de Chauí faria pode ter sido atravessada pela leitura da ideologia como reflexo, popularizada pelo seu livro da coleção Primeiros Passos da editora Brasiliense. Lembre-se que entre 1976 e 1978 são publicados no Brasil os cadernos em suas edições temáticas, à luz do que já havia sido feito na Itália. Sem dúvida, Carlos Nelson Coutinho, um dos responsáveis por estas obras é também autor de referência no aspecto da redistribuição da ideia de um país com baixo desenvolvimento da sociedade civil no Brasil, e por conseguinte, do papel de um Estado promotor do nacional-popular (COUTINHO, 2000).

Algumas passagens de seu livro “cultura e democracia” ilustram bem o uso que a autora propunha para ideologia. Logo veremos que essa concepção não pode ser associada à fineza do pensamento de Gramsci. A primeira delas parafraseia Marx afirmando que “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante dessa época, o ponto final da ideologia está necessariamente inscrito no movimento que a constitui, isto é, o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade de classes” (CHAUÍ, 1980, P. 27). Nesta visão não há lugar para a ação histórica, as ideias da classe dominante tornariam as classes subalternas incapazes de construir uma visão antagônica às ideias dominantes. A autora segue: “a ideologia procura neutralizar o perigo da história, opera no sentido de impedir a percepção da historicidade” e mais: “*a ideologia não tem história porque a operação ideológica por excelência consiste em permanecer na região daquilo que é sempre idêntico (...)*”,³ impedindo desta forma a história.

Um grande leitor crítico e difusor do pensamento e da obra de Gramsci, Edmundo Dias, alertava para esse uso da ideologia “como falsa consciência, dominante em um discurso pseudomarxista, ‘absolutamente reducionista’ regra de que “ideologia não tem história”. Dias situava este constructo na Ideologia alemã como uma percepção inaugural de uma base empírica antirreligiosa em 1845, mas opunha-se a “eternizá-lo, retirando-o de seu contexto da investigação”. As leituras propostas por Althusser (e Chauí) negariam a ideologia como prática social, (DIAS, 2006, p. 78), compreensão que seria assumida por Marx já no *18 de Brumário*, como lembra Dias, que mostra que a ideologia como história assume caráter revolucionário na obra de Marx. O problema aqui colocado é entender os caminhos de uma crítica que iguala hegemonia a uma dominação ideológica que engessa os sujeitos históricos. Na historiografia crítica há um peso inegável na concepção de ideologia “estruturada” por Althusser e difundida por Marilena Chauí. E a ela cabe um fato concreto, uma disseminação incompleta do pensamento de Gramsci. Realizar leituras que atravessam hegemonia como uma ideologia mal problematizada não é responsabilidade da filósofa, evidentemente, mas sua obra deu sua contribuição a isso, essa é uma impressão que merece ser mais explorada.

Como lembra Edmundo Dias, “o Estado não pode ser reduzido à mera vontade dos dominantes como se as contradições classistas (entre as classes e intraclasses) não existissem e não determinassem o sentido das formas de fazer política. As classes subalternas, se assim procedem, ficam prisioneiras de um politicismo des-historicizado, irmão gêmeo do economicismo” (DIAS: 2006, p. 23).

³ Idem, p. 29. Grifos no original.

Leituras totalizantes da obra de Gramsci começam a existir e melhor se organizar com a expansão dos cursos de pós graduação, na medida que começam a ter acesso à obra completa de Gramsci em português. Ainda que não seja a edição Gerratana, os *Cadernos de Cárcere* (6 volumes) publicados pela Civilização Brasileira colocam em outro patamar as possibilidades analíticas. A obra de Edmundo Fernandes Dias já havia problematizado a necessidade de um “outro Gramsci”, buscando separa-la do viés liberal, que passava a associar Gramsci ao eurocomunismo e à “democracia como valor universal”. A partir daí são muitos os novos trabalhos, os grupos de pesquisa e os trabalhos de pós graduação que vem permitindo avançar na compreensão do pensamento da obra de Gramsci e sua contribuição, tanto do ponto de vista teórico como metodológico.

Gramsci na Linha de Pesquisa Estado e Poder

No âmbito da linha de pesquisa Estado e Poder esse debate se realizou em dois âmbitos principais: o estudo de aparelhos privados de hegemonia (APHs); a leitura da ação partidária da imprensa e da mídia, que se confundem também com a concepção de APHs. Inicialmente em nível de Mestrado e posteriormente no Doutorado, diversos trabalhos vêm colocando essa concepção em teste, aprofundando e também percebendo alguns de seus limites.

Pensar a hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo

Como indicado anteriormente, entendemos a categoria de Hegemonia como estruturadora da compreensão de Gramsci. Em sua definição, Hegemonia é entendida como *“combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações”* (GRAMSCI: 2001a, p 95). A atenção de Gramsci ao elemento “consenso” não significa, portanto, que minimize a relevância da coerção, mas sublinha a capacidade de uma classe em construir as melhores condições para a dominação. Na síntese proposta por Edmundo Fernandes Dias, trata-se de compreender Hegemonia como *“projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico no qual as demais classes se movem”* (DIAS: 2006, P. 34). Desta forma podemos entender que *“a hegemonia é a racionalidade de classe que se faz história e que obriga as demais classes a se pensar nessa história que não é a delas”* (Idem, p. 34), e que, portanto, *“só pode ser pensada e articulada como projeto político capaz de construir a identidade da classe hegemônica ou candidata à, de permanentemente redefini-la, de articular a partir dessa identidade o seu projeto de significação da história, significação essa que terá que construir no processo de luta”* (Idem, p. 33).

A construção da Hegemonia de uma classe é constituída a partir da estruturação e intervenção de um vasto conjunto de Aparelhos Privados de Hegemonia, ou seja, de instrumentos que são construídos no âmbito da sociedade civil visando a afirmação de uma visão de mundo, e, portanto, a disputa pela hegemonia.

Tais aparelhos têm como objeto o embate hegemônico (ou seja, a disputa pelo poder) e, portanto, são “privados” apenas no sentido de que sua constituição se dá no âmbito da sociedade civil, mas se articulam dialeticamente à sociedade política, como parte integrante do Estado. Não há aqui espaço para a oposição mecânica entre público e privado propugnada pelo pensamento liberal. Em Gramsci, Poder é entendido como capacidade e exercício da direção política da sociedade, e assim é disputado/construído simultaneamente na sociedade política e na sociedade civil. A concepção de poder não se restringe – como na acepção liberal e mesmo em apreensões simplificadoras do pensamento gramsciano – à ocupação de posições na Sociedade Política. Deter o poder, portanto, não se confunde em hipótese alguma com “estar no governo”.

Gramsci colocou-se a tarefa de compreender a derrota da revolução europeia, e a partir deste esforço perseguiu a hipótese de que nos Estados ocidentais, *“a sociedade civil tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas”* (GRAMSCI: 2001a, p 73), pois o Estado (em sua acepção estrita que remete à sociedade política) passa a constituir-se como apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas: *“No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas”* (GRAMSCI: 2001a, p 262). Isto significa que a luta de classes passa a assumir mais o formato de uma guerra de posição (ou de trincheiras) do que guerra de manobra, e isto sublinha a importância dos Aparelhos Privados de Hegemonia, verdadeiras trincheiras na guerra de posições:

Ocorre na arte política o mesmo que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando se prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra, etc (GRAMSCI: 2001a, p 24).

A ênfase na importância da sociedade civil e dos movimentos que ocorrem no seu interior para a preservação e para a contestação ao poder hegemônico conduzem Gramsci à noção de Estado Integral – muitas vezes tratado pelos intérpretes como Estado Ampliado, ainda que esta expressão não apareça nas obras do autor. O Estado Integral se configura em especial nos estados ocidentais, nos quais há maior desenvolvimento da sociedade civil, e ambas dimensões do Estado (civil e política) constituem-se em dois momentos integrados e não opostos em sua configuração. Assim, o Estado deixa de ser associado exclusivamente à repressão, deixa de ser essencialmente restrito à sociedade política e deixa de ser considerado uma unidade monolítica direta e mecanicamente controlada pela burguesia, e deve ser considerado

como relação social: *“O Estado, para Gramsci, não é sujeito – algo a pairar, inconteste, acima da sociedade –, nem objeto – como propunham algumas leituras marxistas economicistas –, mas sim uma **Relação Social**, ou seja, a condensação de relações sociais presentes numa dada sociedade* (MENDONÇA: 1998, p. 19-20). Entender o Estado como relação social implica em compreendê-lo como *locus* da luta de classes, onde se dá embate hegemônico.

Os aparelhos privados de hegemonia são os instrumentos fundamentais para a afirmação de uma determinada visão de mundo, uma racionalidade histórica, visando estabelecê-la como *“horizonte ideológico de uma época, projeto da totalidade da sociedade”* (DIAS: 2006, P. 77).

A noção de Estado Integral – ou “ampliação do Estado” é, como destaca Guido Liguori, orientada por uma concepção dialética, o que implica na consideração da relação entre Sociedade Civil e Sociedade Política através do nexos unidade-distinção, do que decorre o estabelecimento de uma distinção não-orgânica entre os diferentes níveis da realidade. É importante destacar que esta reflexão não se desprende de uma perspectiva classista, pois trata-se de *“um poder hegemônico cujo sujeito é a classe, mas uma classe que – para ser verdadeiramente hegemônica deve ‘fazer-se Estado’”* (LIGUORI: 2007, P. 21). De acordo com o revolucionário italiano, *“Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”* (GRAMSCI: 2001a, p. 331). Nestes termos, *“por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”* (Idem: p. 254-255). Assim, o Estado pode ser compreendido como *“equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas **privadas**, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc...)”* (GRAMSCI Apud LIGUORI, p.20-21, grifo no original). É por esta razão que é imprescindível compreender que a sociedade civil é parte constituinte do conceito de Estado: *“na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil, (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)”* (GRAMSCI: 2001a, p. 244). De acordo com Gramsci:

Podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI: 2001b, p. 21).

Desta forma, define-se a configuração da sociedade civil e, conseqüentemente, suas características e possibilidades, como indica Virgínia Fontes:

Não há nenhuma oposição entre sociedade civil e Estado em Gramsci, que ele denuncia repetidas vezes como o principal erro liberal. A sociedade civil, ao contrário, é duplo espaço de luta de classes: intra-classe

dominante, que também se organiza para disputar a direção social, e entre as classes, por meio de organizações nas quais se formulam e moldam as vontades. Não há também isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este forja o solo da sociabilidade, a partir do qual se produzem possibilidades de pensar, organizar, agir, de produzir e definir, inclusive, interesses e antagonismos. A sociedade civil é, portanto, o momento organizativo, não é um espaço organizativo (FONTES: 2007, p. 100).

Na realidade concreta, ambas as esferas não existem em separado e toda distinção que se faça é meramente metodológica. Para Dias, *“na perspectiva gramsciana, sociedade civil e sociedade política são distinções analíticas do conceito de Estado. Do conceito de Estado integral. Estado que organiza, representa, vigia e pune. A sociedade civil não é, portanto, uma instância do real. Ela é uma das formas da natureza estatal”* (DIAS: 2006, p. 113). Qualquer procedimento de autonomização da sociedade civil feito em nome da obra gramsciana, é, portanto, abusivo. É entendida como integrante desta totalidade estatal que pode-se identificar a sociedade civil como espaço decisivo da luta de classes, *“uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela hegemonia, e, precisamente por isso, não é o ‘outro’ em relação ao Estado, mas – junto com a sociedade política, isto é, com o ‘Estado-coerção’ – um dos seus inelimináveis momentos constitutivos”* (LIGUORI: 2007, p. 54). Sem considerar os movimentos que ocorrem no âmbito da sociedade civil é impossível compreender, portanto, as bases do processo de dominação imposto pela burguesia.

É neste sentido que propomos e buscamos investigar o conjunto dos instrumentos constituídos e utilizados pelas classes sociais antagônicas para o embate hegemônico, com especial atenção às formas construídas pelos grupos dominantes ou por intelectuais orgânicos que se colocam sob sua égide. A tarefa proposta por Gramsci que orienta nossa abordagem é a que aponta a necessidade de *“estudar com profundidade quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição”* (GRAMSCI: 2001a, p. 73), permitindo assim compreender *“as razões pelas quais um projeto de hegemonia é vitorioso ou não. Ou seja, compreender como um discurso pode capturar as emoções e as práticas das classes que domina”* (DIAS: 2006, p. 74). Isto coloca ênfase nos instrumentos utilizados para a disseminação de concepções hegemônicas, de percepções, sentimentos e visões de mundo em acordo com a ordem vigente. Desta forma seria possível compreender os elementos fundamentais que constituem a hegemonia burguesa, e, conseqüentemente, definir um programa de ação que orientasse o enfrentamento desta hegemonia e a construção de uma nova hegemonia, que corresponda à racionalidade da classe trabalhadora, contemplando, *“por um lado, a crítica prático-teórica da estruturação das formas de dominação e, por outro, a condição de possibilidade de alterar as regras já dadas.”* (Idem, p. 23).

A compreensão da sociedade civil como palco da luta de classes deve implicar no reconhecimento de sua heterogeneidade, reconhecendo-se que nela *“se manifestam intensas contradições sociais”* (LIGUORI: 2007, p. 49). Estamos em um terreno radicalmente antagônico ao projetado pela perspectiva liberal – que situa a

sociedade civil “*além do mercado e além do Estado*” (FONTES: 2006, p. 212), e que a partir disto pressupõe a sociedade civil como uma unidade e lhe confere uma conotação positiva definida *a priori*, e em oposição ao Estado (Sociedade Política). Para a autora, ainda, o mundo da produção é “*o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos*” (IDEM, P. 212). A sociedade civil é assim “*tão contraditória e atravessada pelas desigualdades quanto a sociedade na qual ela se constituiu*” (FONTES: 2005, p. 231).

Investigar os Aparelhos Privados de Hegemonia implica em compreender a ação orgânica dos intelectuais em sua estruturação e a perspectiva de abordagem de Gramsci que rompe com a visão tradicional dos intelectuais. Sua abordagem em relação aos intelectuais orgânicos vinculados à classe dominante é oposta às auto-representações destes intelectuais como “autônomos” e “livres”:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI: 2001b, p. 21).

Não há como compreender a efetividade do processo de dominação sem incorporar na análise o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos vinculados à classe dominante e sua ação na construção e impulsionamento dos aparelhos privados de hegemonia. Nas palavras da historiadora Virgínia Fontes:

Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da “produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação através do Estado”. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de “formas de ser” adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a esse terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia) (FONTES: 2006, p. 211).

É através dos aparelhos privados de hegemonia que a ideologia dominante é disseminada, e seu papel é efetivo na afirmação e reafirmação da dominação. Como lembra Guido Liguori, o aparelho hegemônico “*remete à materialidade dos processos hegemônicos: não se trata só de ‘batalha das ideias’ mas de verdadeiros aparelhos estabelecidos para a criação do consenso*” (LIGUORI: 2007, p. 29).

As pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linha de Pesquisa Estado e Poder que se inspiram na problemática da Hegemonia abarcam distintas temporalidades. A título de exemplo, mencionamos aqui um conjunto de pesquisas que abordam as duas últimas décadas, investigando as formas da hegemonia burguesa em um contexto de progressivo avanço conservador, que desemboca na conformação de uma nova modalidade de movimento fascista, o bolsonarismo.

Neste contexto, a dissertação de Lucas Patschiki (2012) inaugura um conjunto de investigações dedicadas à conformação de uma nova direita fascizante. Seu estudo abordou a atuação partidária do Mídia Sem Máscaras, conduzido por Olavo de Carvalho. A pesquisa foi desenvolvida em um contexto em que Carvalho era recorrentemente considerado irrelevante. A despeito disto, Patschiki demonstrou a efetividade deste aparelho constituído por Carvalho, apresentado como espécie de “observatório de imprensa” voltado a denúncia da grande mídia “comunista”, mas que permitiu-lhe uma grande projeção. Foi através deste aparelho que Carvalho constituiu uma vasta rede reunindo grupos fundamentalistas (católicos e evangélicos), grupos armamentistas e instituto pretensamente liberais e que tornou corrente um conjunto de expressões que seriam depois incorporadas na ideologia bolsonarista (como, por exemplo, “revolução gramscista”, “marxismo cultural”, “destruição da família”, “ditadura gayzista”, “plano bolivariano” e “Foro de São Paulo”). A pesquisa demonstra que as forças obscurantistas vinculadas a Carvalho não se constituíram de forma repentina, ao contrário, são resultados de um trabalho organizativo minucioso e sistemático.

Raphael Dal Pai (2017) investigou a constituição e intervenção do Instituto Ludwig von Mises Brasil, um importante APH voltado à propagação do ultraliberalismo, nos termos do que denominam “anarcocapitalismo”, refletindo sobre as estratégias discursivas utilizadas para afirmar a naturalização desta perspectiva, apresentando-a como única alternativa.

A pesquisa de Isabel Grassioli (2019) aborda a atuação de páginas da chamada “nova direita” nas redes sociais no período de 2011 a 2016 e seu papel na disseminação de um conjunto de visões conservadoras, autoritárias, anticomunistas e pretensamente moralizantes que estão na base da constituição do bolsonarismo. Aqui ferramentas novas como o Facebook são problematizadas à luz da interpretação de Gramsci.

Outras pesquisas em andamento, mas com resultados parciais já publicados, abarcam outros aparelhos semelhantes, como o Escola sem Partido (PAIVA, 2020), o Movimento Brasil Livre (MIRANDA, 2019) e a produtora de vídeos bolsonarista Brasil Paralelo (SANTOS, 2020).

Outro APH investigado foi a Associação Vitória em Cristo, Ministério da Igreja Assembleia de Deus comandado pelo pastor Silas Malafaia. A pesquisa de Jonas Koren (2016) mapeia os instrumentos construídos, a articulação entre religião e política e as principais campanhas desenvolvidas para a propagação da perspectiva conservadora e moralizante adotada.

Abordando a intervenção específica de um intelectual importante na construção do chamado “antipetismo” e na disseminação do anticomunismo, Julius

Daltoé (2017) investigou os instrumentos utilizados por Reinaldo Azevedo e o discurso que propagou.

Alexandre Arienti (2015) estudou a atuação da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa (ABIMDE) e sua intervenção no sentido da conversão dos interesses da indústria armamentista brasileira em políticas públicas ao longo dos governos petistas.

Em âmbito regional, as pesquisas de Irene Spies Adamy abordam a intervenção da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, principal organização da classe dominante agrária na região (2010) e o papel do cooperativismo na propagação da ideologia dominante, através da abordagem em torno da trajetória da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (2019). Cristiane Bade (2011) investigou a intervenção de grupos políticos e empresariais na cidade de Marechal Cândido Rondon no sentido de contemplar seus próprios interesses na especulação do solo urbano.

Jornalismo: imprensa, e ação partidária

Um dos textos de referência se encontra nos escritos sobre *jornalismo*, parte do “que fazer” de Gramsci. Ele foi um assíduo leitor de Lenin para a elaboração de sua concepção de hegemonia. Mas isso não autoriza dizer que Gramsci era um intelectual do “marxismo-leninismo”, nos termos da normalização, e oficialização restritiva produzida pelo stalinismo. O mais importante a ressaltar é que, lendo Lenin, Gramsci conseguiu elaborar uma proposta de análise avançando em elementos, percebendo a importância da sociedade que se desenvolvia com as transformações capitalistas. Retomaremos essa questão para discutir a concepção de jornalismo em Gramsci. O tema foi basicamente estruturado no Caderno 22 (presente nos Cadernos do Cárcere volume 2, na edição da Civilização Brasileira). Mas ele não pode ser totalmente apreendido se não for posto no diálogo com os textos que apresentam o contexto mais amplo da problemática da construção da hegemonia por parte da classe trabalhadora. Não se trata de hegemonia eleitoral, mas da constituição de uma visão de mundo, com fundamento político e econômico que permita construir o projeto social da classe, o que para alguns seria a “contra hegemonia”.

O Caderno 22 fica melhor compreendido quando a ele se soma a leitura do capítulo 5, “Plano de um jornal político para toda a Rússia”, da obra Que fazer, de Lenin, publicado em 1902. Os debates que estavam colocados naquele momento se situavam em uma luta mais ampla contra os oportunistas e o economicismo. Fazer a luta local não poderia estar desvinculado da luta nacional. E por isso se colocava pensar o jornal do partido como um movimento em busca de hegemonia da classe trabalhadora. A revolução de 1917 não teria passado de uma revolução burguesa se não houvesse tido um trabalho sistemático prévio de preparação de um movimento revolucionário marxista, um organismo capaz de “elaborar, fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático (GRAMSCI, 2001, p. 201).

No interior do próprio marxismo, e do movimento comunista internacional, o debate se dava a partir dos parâmetros estabelecidos pela II Internacional e dos

abortados processos revolucionários europeus. Lenin se coloca contra os “métodos artesanais” dos “economicistas” que tendem a atuar no problema econômico direto, nas bases restritas de ação dos trabalhadores. Há uma separação do problema como um problema político, ficando restrito à “luta econômica”. O jornal internacional da classe, o *Robotcheie Dielo* repercutia exatamente essa posição, e contra ele Lenin propunha um novo jornal, apontando táticas de ação concretas. Os problemas locais poderiam ser tratados muito mais como “exemplos”, já que se repetiam pelo país, e precisariam ver alinhados a uma visão nacional, que permitisse aos trabalhadores entenderem a totalidade dos problemas. Resolver o problema pontual da fábrica, desarticulado de uma visão da forma da constituição do salário seria incorrer sempre no economicismo. O oportunismo segue como indissociado dessa posição. Este tipo de posição dá lugar inclusive ao espontaneísmo e a ações “terroristas” pontuais, que tem resultados absolutamente reduzidos e levam ao desânimo sistemático da classe como um todo.

Aos leitores de Gramsci se percebe que há vários pontos de contato: a necessidade de um projeto nacional-popular, há uma ênfase analítica da correlação de forças, a importância da formação, são pontos de contato quanto ao papel que o jornal do partido deve ter. É bem verdade que existem posições divergentes e até de discordância entre os dois revolucionários. Lenin, construindo um processo revolucionário concreto jogaria alto na opção de um partido de vanguarda, profissionalizado, e seria contra as experiências dos comitês de fábrica. Gramsci por sua vez participou de experiências concretas em Turim, que o ajudaram a pensar a necessidade de um partido sob outro formato. Essa ideia seria amadurecida em seus escritos na prisão. A relação entre sociedades “ocidentais”, ou seja, aquelas onde a sociedade civil está mais desenvolvida e as “orientais”, onde o Estado prevalece como força, seriam elementos relevantes dessa leitura.

Outro elemento polêmico que Lenin problematiza é a falsa demanda da “liberdade da crítica” no jornal da classe, que seria, de acordo com a posição da II IC, espaço para críticas ao que havia de “velho e dogmático” no marxismo, citando Bernstein (LENIN, 2010, p. P. 59). Com isso se abandonava a concepção de ditadura do proletariado. E se abria ao oportunismo, ou seja, às posições revisionistas, a “liberdade de introduzir no socialismo as ideias e elementos burgueses” (LENIN, p. 61). Em contraposição, para Lenin, o jornal não poderia permitir essas brechas, ele deveria ter a posição centralizada, lembremo-nos que o debate de Lenin era prévio ao Partido Bolchevique e mesmo à sua entrada na fração. Essa passagem é fundamental para que se compreenda que um jornal é sempre o jornal de uma determinada fração de classe, de um determinado projeto social. Nos parece que esse é um elemento que Gramsci percebe e nos ajuda a visualizar quanto ao papel do jornal burguês, que não exerce e não permite liberdade de crítica.

Enfim, o jornal, em Lenin, vai exercer o papel educador: “*não há outro meio para educar* pessoas para formar organizações políticas fortes senão um jornal para toda a Rússia” (LENIN, p. 237. Grifos no original). Evidentemente que é preciso situar o momento histórico dos primórdios do século XX. A mídia, sobretudo a internet, nos coloca outros desafios para pensar a forma com que a educação da classe trabalhadora se processa e completa. Mas é inegável o papel da imprensa escrita pelo

menos até os meados dos anos 1990. Justamente nesse período, de ascensão de novas formas de comunicação surgem leituras que propõem a inserção do sujeito através do consumo, de bens, ideias e sentimentos.

Quando Gramsci diz que são as editoras os “verdadeiros” partidos políticos, ele está mostrando a amplitude do problema. Não se trata apenas do partido de esquerda, pelo contrário, ele se notabiliza por apontar o funcionamento da hegemonia da direita, dos mecanismos organizadores da dominação de classe. Não há uma fórmula única para percebermos a relação entre um dado jornal e o “seu partido”. Se em Lenin a perspectiva claramente era pensar o partido de um movimento real, em Gramsci também é, um “jornal integral”, mas este o faz a partir da realidade de observar uma sociedade mais “ocidentalizada”, na qual os partidos da classe burguesa são diversos e complexos. Um grupo que produza hegemonia pode ter um jornal, ou um jornal pode ser um aparelho de um grupo. Portanto, não há uma única forma de visualizar e categorizar a relação entre jornal e aparelhos privados de hegemonia e/ou partido. Da mesma forma que um intelectual tradicional pode se tornar um intelectual orgânico, ou mesmo um intelectual coletivo. Estes termos não devem ser usados como conceito predefinidores da realidade.

Para visualizar outros trabalhos realizados com essa perspectiva pela linha de pesquisa, consultar SILVA e RAUTENBERG (2014), onde estudos de caso são realizados e os problemas teóricos pontuados.

Este foi um estudo aproximativo que buscou apontar de modo geral as influências das reflexões de Antonio Gramsci na Linha de Pesquisa Estado e Poder. Outras leituras, algumas mais pontuais e outras por caminhos distintos seguem buscando se relacionar com as reflexões de Gramsci, lembrando o que dizia Edmundo Dias, de que Gramsci não é um autor pra “ser usado”, pois ele precisa ser apreendido na sua complexidade e sua reflexão tem que fazer sentido na problematização de cada trabalho.

Poderíamos nesse campo destacar as obras que buscam aproximar as reflexões de Gramsci sobre sociedade civil no contexto do Terrorismo de Estado, como é o capítulo apresentado aqui nesta mesma obra por Marcos Vinicius Ribeiro.

Referências:

ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná**. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

ADAMY, Irene Spies. **Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL**. 2019. 274 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

AIRES, J. L. Q. O gramscismo cultural: a ideologia neofascista brasileira. In: AIRES, LIMA, CAVALCANTI (Orgs.) **Antonio Gramsci e os desafios do marxismo no mundo contemporâneo**. João Pessoa, CCTA, 2020.

- BADE, Cristiane. **Especulação do solo urbano em Marechal Cândido Rondon (1980-2008)**: uma análise sobre as relações políticas e empresariais. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.
- CHAUI, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. Seminários. SP, Brasiliense, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, Joao Quartim. (Org). **História do marxismo no Brasil**. Vl. 3. Campinas, EdUNICAMP, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. RJ, DP&A, 2000.
- DAL PAI, Raphael Almeida. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**: os arautos do anarcocapitalismo. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.
- DALTOÉ, Julius Hericky Hafemann. **Reinaldo Azevedo em Veja online**: um intelectual a serviço da construção do antipetismo. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. SP, Sundermann, 2006.
- FONTES, Virginia. **Reflexões impertinentes**. História e capitalismo contemporâneo. RJ, Bom Texto, 2005.
- FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: NEVES, Lúcia & LIMA, Júlio (orgs.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz / EPSJV, 2006.
- FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980 - Debate. In: NEVES, Lúcia, PRONKO, Marcela & SANTOS, Marco Antonio (orgs.). **Debates e Sínteses do Seminário Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz / EPSJV, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo. RJ, Civilização Brasileira, 2001.
- GRASSIOLLI, Isabel. **A nova direita no Brasil (2011-2016)**: uma análise da atuação política no facebook. 263 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.
- KOREN, Jonas Christmann. **Ministério Silas Malafaia**: evangelizando à direita (2000-2013). 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016
- LENIN, V. I. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. SP, Expressão Popular, 2010.
- MARTIN-BARBEDO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2ª ed. RJ, EDUFRRJ, 2001.

MIRANDA, João Elter. “Brasil contemporâneo, Nova Direita e Movimento Brasil Livre”. **Sobre Ontens**, Curitiba, v. 2, 2019, p. 302-316.

PATSCHIKI, Lucas. **Os leitores da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)**. 419 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

PAIVA, Gabriel. O Movimento Escola Sem Partido (MESP) no Brasil: origens, articulações e o projeto ESP 2.0. In: SANTOS, Mayara Balestro & MIRANDA, João Elter (orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo** Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, p. 105-130.

RAMOS, Alexandre Arienti. **O projeto de incentivo da indústria bélica brasileira (2003-2013)**. 196f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

SANTOS, Mayara Balestro. “**Quem está por trás do Brasil Paralelo?**”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=y2bxkR1BvRk&ab_channel=Jo%C3%A3oMiranda

SECCO, Lincoln, **Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias**. SP, Cortez, 2002.

SCHLESENER, Anita Helena. **A Recepção de Gramsci no Brasil. A interpretação do PCB nos anos 1960**. 2001, Tese (Doutorado em História). UFPR, 2001.

SILVA, Carla e RAUTENBERG, Edina (Orgs) **História & Imprensa: estudos de hegemonia**. Porto Alegre, FCM, 2014.